

O Insuprimível Véu da Ignorância



O Insuprimível Véu da Ignorância

O liberalismo e seus contrários

Alberto Oliva



Rio de Janeiro, 2026

O Insuprimível Véu da Ignorância

Copyright © 2026 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Alberto Oliva

ISBN: 978-65-5427-393-0

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48i
1.ed. Oliva, Alberto

O insuprimível véu da ignorância; o liberalismo e seus contrários / Alberto Oliva. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Editora 70, 2026.
416 p.; il.; 16,0 x 23,0 cm.

ISBN 978-65-5427-393-0

1. Liberalismo. 2. Filosofia política. 3. Justiça social. 4. Ética e política. I. Título.

CDD 320.51

Índice para catálogo sistemático:

Liberalismo político - 320.51
2. Filosofia política - 320.5
3. Justiça social - 320.6

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books
Diretor Editorial: Anderson Vieira
Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Editor da Obra: Rodrigo Mentz
Produtora Editorial: Catia Soderi



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419
www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br
Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Sumário

BREVES NOTAS INTRODUTÓRIAS	1
1. LIBERALISMO	8
IDENTIDADE E DIFERENÇA	
2. O FALIBILISMO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA DO LIBERALISMO	58
3. A CONCEPÇÃO NEGATIVISTA DE LIBERDADE DIANTE DO DESAFIO DO FLORESCIMENTO HUMANO	152
4. A CONCEPÇÃO NEGATIVISTA DE LEI/JUSTIÇA PROTEGER O INDIVÍDUO OU REPROGRAMÁ-LO?	205
5. A CONCEPÇÃO NEGATIVISTA DE ESTADO É O LEVIATÁ DOMESTICÁVEL?	285
6. A CONCEPÇÃO NEGATIVISTA DE FELICIDADE EVITAR CAUSAR O MAL MAIS QUE BUSCAR PROMOVER O BEM IN ABSTRACTO	368
Referências	397



BREVES NOTAS INTRODUTÓRIAS

Chama a atenção que os movimentos políticos que desencadearam inaudita violência no século passado foram gestados na Europa — o maior palco já existido de matanças ideologicamente motivadas. O extremismo cego e fanático foi fomentado por teorias que, em alguns casos, postulavam cientificidade para suas teses e prescrições. O fanatismo selvagem era racionalizado por meio de sofisticadas teorias que se apresentavam como capazes de desvelar os determinantes ocultos da realidade (social). Nascida com a Revolução Francesa, a ideia de revolução político-social radical se destaca pela *hybris* de pretender fazer tabula rasa de tudo que se cristalizara por meio de longevas tradições. Portadora dos louros de ter sido a protagonista dos avanços científicos a partir de Galileu, a Europa se tornou no século XX um cenário de inaudita violência intestina e de guerra generalizada. Sobressai como a mobilização belicosa interna e externa foi racionalizada por especiosas retóricas político-ideológicas prometedoras da redenção coletiva. Defendida por Marx e Engels como parteira da história, a violência passou a ser praticada em nome da instituição e universalização da Virtude.

Se examinadas com rigor epistêmico, as teorias filosóficas e sociais que estão na origem do fascismo, do nazismo e do socialismo sequer demonstraram ter o poder cognitivo reivindicado. Isso não as impediu de proporem terapias radicais para recalcitrantes problemas sociais. Os líderes carismáticos exibiram a destreza de agregar e arrastar as massas de

uma maneira jamais vista. A promessa de implantação de programas de transformação social aptos a eliminar a pobreza e as diferentes formas de injustiça serviu de justificativa para virar a sociedade de cabeça para baixo, sem qualquer atenção às possíveis consequências indesejadas. Lideranças intuitivas, porém despreparadas, tiveram a capacidade de hipnotizar, dirigir e direcionar parte da população que se via sem rumo e sem perspectiva.

Enquanto as ciências naturais alcançaram formidáveis resultados em seus empreendimentos devotados a controlar as *forças cegas* da natureza, as sociais forjaram, sem o devido respaldo empírico, teorias que acalentaram a ambição de guiar o processo histórico por meio do qual seriam refeitas as estruturas político-econômicas. O recomeço radical teria o condão de infundir racionalidade nas funcionalidades e institucionalidades sociais. Podia-se abandonar o que fora legado por vetustas tradições ancoradas em crenças irracionais causadoras de disfunções sociais. A convicção ideologicamente expressa de que se podia passar do crescente domínio sobre a natureza para a completa e definitiva reconstrução “racionalista” da sociedade levou a desastres humanitários sem precedentes.

A conexão entre *scientia* e *potestas* que Bacon aplicara ao estudo dos fenômenos naturais foi estendida aos fatos sociais. O problema é que nas ciências sociais, a máxima baconiana de que ‘saber é poder’ levou algumas teorias, a exemplo da marxista, a se apresentarem como científicas, como capazes de orientarem o processo de alteração drástica das relações de poder vistas como moldadas por fatores econômicos. Em alguns casos, chegou à conclusão perigosa de que o poder exercido em nome da classe revolucionária é por si só capaz de eliminar as forças cegas da sociedade. Nesse caso, a visão de mundo revolucionária se confunde com a ciência, cuja genuinidade é definida por sua função emancipadora ou

libertária. Nesse caso, o estudo empírico dos fenômenos sociais pode ser substituído pela especulação utópica que se autoproclama científica a fim de granjear autoridade intelectual em condições de se legitimar como poder político.

Com novas vestimentas, as polarizações do século passado estão sendo retomadas. Mesmo as teorias sociais acadêmicas se mostram cada vez menos preocupadas em se submeterem a crivos de cientificidade. As ideologias abdicaram de ser defensoras da salvação da humanidade por meio da violência autoproclamada revolucionária para se tornarem representantes de coletivos e de suas políticas identitárias. A alegação dos “vanguardistas” é sempre a do imperativo de eliminar as fontes dos grandes males que assolam as sociedades. Nesse quadro ligeiramente alterado, o liberalismo clássico, fundado em pressupostos ontológicos individualistas, está sendo marginalizado, como ocorreu até os anos 80. Isso torna de crucial importância determinar se o mundo está marchando de novo para novas versões de autoritarismo, quiçá de totalitarismo, como consequência de a sociedade estar deixando de colocar o indivíduo no centro da vida social, como fizeram o fascismo, o nazismo e o socialismo.

Para explicar o surgimento das ideias liberais na Europa entre os séculos XVI e XVIII costuma-se recorrer a fatos tais como o impacto cumulativo do capitalismo comercial, a ascensão da burguesia, a luta pela liberdade religiosa e a filosofia Iluminista. Sendo esse o caso, grandes têm sido as dificuldades para depreender e explicar a imbricação entre os fatores ideacionais e os político-econômicos causadores das guinadas sociais registradas no século XX. A atual formação de posições francamente antiliberais tem diretamente a ver com o surgimento de visões de mundo político-sociais que conferem protagonismo aos coletivos aos quais são atribuídas identidades associadas a *formas de vida* bastante diferentes

das tradicionais. Difícil inclusive detectar que interesses políticos e econômicos das chamadas classes dominantes alimentam as ideias que fomentam alterações tão significativas nos velhos modos de pensar e viver.

A incompatibilidade entre sistemas de valores resulta de sua irredutibilidade se mostrar impermeável a uma racionalidade que, portadora de uma identidade *una*, pouco tem a dizer sobre o dissenso traduzido em diferentes formas de ver e viver. O panorama se alterou tanto que, em vez de se problematizar o lugar dos valores em um mundo de fatos, se passou a destacar o lugar dos fatos em um mundo de valores. No fim das contas, os conflitos valorativos se transformaram em contraposição de formas de vida sem horizonte de convergência ou superação.

As mais sólidas e estáveis democracias parecem estar mais uma vez descambando para um tipo degenerativo de populismo. Voltam a aflorar as certezas políticas que cindem as sociedades, emergem formas de particularismo existencial e intelectual que se pretendem universais. O pluralismo estribado no princípio da tolerância está sendo substituído pelas “verdades” tribais, dos guetos de pensamento sem janelas para o outro e o mundo. Tudo isso coloca em xeque os princípios sobre os quais se assentou o liberalismo clássico. Novos tipos de direitos estão sendo reivindicados, alguns dos quais vinculados a coletivos específicos. Difícil acomodá-los na moldura da velha concepção individualista formada na aurora da modernidade. As reivindicações de direitos para os coletivos estão em tensão com a base jurídico-política, de natureza individuocêntrica, sobre a qual foram erigidas as sociedades livres.

As regras e princípios que estribam as instituições liberais estão perdendo espaço para retóricas polarizadoras operadas pelos que aspiram a alcançar formas concentradoras de exercício do poder. O nacionalismo,

que muitos acreditavam ter-se enfraquecido no pós-guerra, reaparece com crescente força política, em muitos casos como oposição à globalização, à imigração e ao cosmopolitismo. Há um aumento da reivindicação de identidades específicas — sejam étnicas, religiosas, regionais ou culturais — que passam a ocupar o centro do palco político. Isso tem enfraquecido o universalismo propugnado pelo liberalismo clássico, que se funda na existência de sujeitos abstratos com direitos iguais. O pluralismo liberal pressupõe uma convivência entre *diferentes* no interior de uma moldura de normas e valores basilares compartilhados. Já o multiculturalismo frequentemente exige reconhecimento institucional e jurídico de práticas, normas e direitos diferenciados, o que desafia a homogeneidade normativa apregoada pelo liberalismo clássico.

Uma das grandes tensões da vida política contemporânea é a de conciliar os direitos individuais com os direitos coletivos defendidos em nome da constituição ou preservação de identidades específicas. O liberalismo tradicional, centrado no indivíduo autônomo, encontra dificuldades para lidar com demandas por direitos baseados em identidades grupais. Esses “novos direitos” desafiam a neutralidade do Estado liberal e colocam em cena questões de difícil enfrentamento como a de quanto o Estado pode se adaptar, sem se desfigurar, às diferentes formas de vida, ora presentes em uma mesma sociedade, sem deixar de ser o guardião dos princípios universais que historicamente procuraram compatibilizar suas funções e poderes com o amplo usufruto da liberdade individual.

A agenda contemporânea exhibe particular predileção pelas contraposições teórico-vivenciais que fomentam algumas das polarizações mais visíveis nas redes sociais. Mais do que no passado, vivemos a era dos jogos dos opostos. Os grupos de opinião articulados,

dentro e fora das universidades, defendem que se faça sempre algo em prol de algum coletivo, mesmo se em detrimento de outro segmento social. O cultivo das oposições acarreta uma manifesta perda da universalidade, uma vez que se deixa de priorizar o que é compartilhável para se acentuarem as diferenças. Isso é evidenciado pelas propostas de substituir velhas normas centradas em direitos universais de indivíduos por outras que se aplicam coletivos e suas particularidades.

Mais do que nunca, os “trogloditas” do intelecto, os dissidentes do *Homo sapiens*, buscam manobrar os desassistidos de senso crítico a pretexto de tirá-los da caverna de ilusões na qual estão supostamente agrilhoados. As toscas polarizações são em parte consequência da resistência a submeter crenças e opiniões a crivos metodológicos confiáveis. Se fatos deixam de ser vistos como filtros, se a lógica é destituída de seu poder de normatizar as inferências, deixando de definir que conclusões são deriváveis a partir de determinadas premissas, então *tudo é intelectualmente permitido*. Qualquer opinião enquadrada na camisa de força da ideologia aceita fica protegida de questionamentos. Com isso, deixa-se de prestar atenção nas consequências geradas pelas ideias. Adquirindo penetração e força coletivas, as ideias erradas causam efeitos práticos danosos. A assunção dogmática de posição é defendida pelos que atacam como “isentões” os que exigem fundamentação para o que se apregoa. A desqualificação dos crivos pretende arditosamente levar as pessoas a cerrarem fileiras com fanáticos guiados por fé e cegueira ideológicas, e não por princípios e critérios elementares de racionalidade epistêmica.

Quando a produção de teorias sociais deixa de se submeter a crivos metodológicos confiáveis, é comum se recorrer à ideologização dos problemas a fim de se tentar contornar o desafio teórico e prático que representam. A ideologização é um dos principais mecanismos de fuga da

realidade nas sociedades contemporâneas. Genuflexos diante do pedestal de sua rústica ignorância, o ideólogo e o “ideologizado” são refratários ao crivo crítico, a levar em conta (novas) evidências. Ademais, recusam-se a aprender porque supõem já ter conquistado o conhecimento que lhes permite entender por que a sociedade é como é e o que cabe fazer para melhorá-la. Por esse motivo, deixam de sentir a necessidade de levar em consideração visões alternativas ou de buscar razões aptas a prover uma sólida fundamentação para suas crenças. As polarizações cada vez mais agudizadas se devem em parte à existência de uma espécie de “politeísmo” de valores que impede a formação de consensos, ainda que temporários, tanto sobre modos de pensar quanto sobre modos de (con)viver.

LIBERALISMO

IDENTIDADE E DIFERENÇA

1.1 DOS DICIONÁRIOS AO PÚLPITO ACADÊMICO: O LIBERALISMO CARICATURADO

O senso comum de sociedades como a brasileira nutre pouca simpatia pelo liberalismo econômico, e a *intelligentsia* tupiniquim o rechaça de modo taxativo, mesmo desconhecendo os pilares filosóficos em que se assenta. Os alicerces sobre os quais foi construído o edifício liberal são estranhos a uma sociedade na qual o Estado surgiu antes da sociedade. Sem falar que se mantém arraigada a mentalidade propensa a aceitar a dependência dos cidadãos ao Estado.

Um rápido levantamento dos textos acadêmicos produzidos no Brasil ao longo do século XX leva à constatação de uma forte alergia a *Weltanschauung* liberal. O antiliberalismo enraizado fomenta uma atitude similar à expressa por Oswald de Andrade quando ao ser perguntado se tinha lido um livro de José Lins do Rego, seu desafeto, se saiu com a seguinte *boutade*: “não li e não gostei”. Tirante ser uma tirada jocosa, é expressão de uma atitude questionável tanto em termos éticos quanto intelectuais.

A hegemônica produção de textos didáticos que reverberam marxismo vulgar até nas interjeições se faz acompanhar de forte hostilidade ao liberalismo nos ambientes em que se cultivam as chamadas ciências sociais e humanas. Os autores liberais sempre foram por estas plagas minorias, por mais que tenham deixado algumas obras relevantes. Os economistas exibem menos animosidade às ideias liberais, mas mesmo entre eles há uma marcante presença do keynesianismo, sobretudo na versão tropicalizada da irresponsabilidade fiscal, e do neomarxismo que tem tirado o protagonismo das classes para entregá-la aos coletivos e suas pautas identitárias. Risível a avaliação repetida à saciedade de que o Brasil, a despeito de toda sua longa tradição estatista, está socialmente retrocedendo por força da adoção de políticas neoliberais.

Segundo um adágio jocoso, a filosofia é a ciência com a qual ou sem a qual o mundo vai tal e qual. Nada mais longe da verdade. Independentemente de se religiosas, filosóficas ou de senso comum, ideias têm consequências. Representam modos de encarar os fatos e apontam diretrizes para a ação independentemente de sua sustentabilidade epistêmica. Ignorando isso, o reducionismo por aqui predominante coloca as ideias a reboque de pretensos determinantes econômicos a ponto de o debate se tornar desnecessário. Em nosso ambiente encharcado de marxismo vulgar, inexistente razão para se buscar intercâmbio crítico em virtude de se acreditar que as ideias que compõem a *Überbau* ideacional não passam de epifenômenos da *Bau* material. Sendo tudo essencialmente uma questão de tomada de posição, tentar entender o que se passa na sociedade é pouco relevante. Tudo que importa é despejar rótulos desairosos sobre as visões contrárias. Os “hunos” do intelecto são comportamental e filosoficamente fascistas, independentemente de preferirem o preto ou o vermelho. Os ataques

ferozes à tradição liberal de pensamento vedam o contato com alguns dos maiores pensadores do Ocidente.

A cegueira dos fantoches vestidos de ideologias decrépitas, soterradas sob os escombros do Muro de Berlin, desqualifica a alteridade, inviabilizando o genuíno intercâmbio crítico. A crescente intolerância intelectual resulta do desamor, historicamente enraizado no Brasil, a princípios, como o do intercâmbio crítico, que estiveram na origem da formação de importantes teorias filosóficas e científicas. Tendo em vista que as disciplinas humanas e sociais têm ficado bastante distantes do ideal da cientificidade, mostrando-se até mesmo incapazes de gerar endosso consensual dos resultados propostos no interior de uma mesma Escola de pensamento, muitos de seus pesquisadores resolveram propor teorias escancaradamente ideologizadas. Parcas e esparsas evidências favoráveis têm sido consideradas suficientes para embasar teorias sociais generalizadoras e evidências adversas têm sido solenemente ignoradas.

Os formadores de opinião, os “grilos falantes” da cultura brasileira, têm se mostrado crescentemente desinteressados em lidar com a diversidade intelectual. Para quem pensa ter alcançado a verdade, ou despreza sua busca, o embate intelectual se resume a terçar armas ideológicas com as alteridades, e não a debater a fundamentação das ideias. Raros os “produtores de discurso” que procuram trilhar a via devotada a identificar as falhas explicativas das próprias teorias, submetendo-as ao escrutínio alheio. A ideologização cega tem feito com que, nas duas últimas décadas, a corrupção do uso da língua portuguesa, o desprezo pelo vernáculo, atingisse nível alarmante, como se a sustentação de uma posição dispensasse a clara e precisa expressão das ideias. A norma culta foi depreciada como instrumento de “controle sintático” da burguesia, como se fosse possível pensar bem sem construir adequadamente o discurso.

O fato de o nível intelectual andar tão rasteiro por aqui permite a muitos tentarem ocultar a fragilidade de seus modos de pensar por meio da despudorada ideologização de suas teses. A isso se soma a relativização da ética pelo uso de antolhos ideológicos que absolvem ou condenam malfeitos conforme a cor da camisa partidária vestida por seus autores. A histórica alergia aos fatos tem favorecido a verborragia e a retórica besuntada com grossas camadas de ideologia. O descaso com sofismas e falácias corre solto. Nos círculos letrados, acredita-se de modo crescente que a coerência, enquanto valor lógico, e a evidência empírica, enquanto crivo de avaliação, podem ser desconsideradas em nome da defesa de causas supostamente justas e redentoras.

1.2 A ANIMOSIDADE LINGUÍSTICO-IDEOLÓGICA AO FUNDAMENTO INDIVIDUALISTA DO LIBERALISMO

Acreditamos que merece ser tratado como um “estudo de caso” elucidativo a forma com que o individualismo, sustentáculo ontológico do liberalismo, costuma ser compreendido e avaliado por nossos intelectuais, defensores incondicionais de várias versões de coletivismo. Para tanto, escolhemos identificar o modo depreciativo com que o individualismo é definido nos dicionários brasileiros. De forma sumária e sem qualquer rigor conceitual, o individualismo em nossos dicionários é submetido a juízos valorativos. A comparação com alguns dicionários estrangeiros famosos, principalmente de língua inglesa, evidencia um enviesamento ideológico escancarado e a falta de rigor na conceituação. A arraigada hostilidade ao liberalismo é gritante nas definições canhestras, ideologicamente impregnadas, de individualismo presentes na maioria

de nossos dicionários. Fica tudo ainda mais clamoroso com a tendência a definir de forma positiva ‘coletivismo’.

A escancarada simpatia pelo coletivismo se deve à influência do marxismo, que vinculou ‘individualismo’ à ideologia burguesa e às suas artimanhas de dominação material e espiritual. Os formadores de opinião, na sua generalidade, adotam uma condenação sumária do individualismo por identificá-lo erroneamente com o egoísmo. Os acadêmicos brasileiros, coletivistas em sua grande maioria, olvidam o poder revolucionário, libertador, que o individualismo teve na formação da modernidade ocidental.

Fazer a *sociologia* dos dicionários brasileiros se mostra bastante revelador. O *Dicionário Online de Português* é inexcusável na rejeição ideológica do individualismo: “sistema oposto ao de associação”, “tendência a não pensar senão em si”, “tendência a libertar-se de toda solidariedade com seu grupo social, a desenvolver excessivamente o valor e os direitos do indivíduo”. Com tais caricatas caracterizações, não há como deixar de repelir o individualismo. Além do mais, trata-se praticamente de um plágio da definição veiculada no *Dictionnaire Littré*: “système d’isolement dans l’existence, l’individualisme est l’opposé de l’esprit d’association”, “théorie qui fait prévaloir les droits de l’individu sur ceux de la société”. O *Dicionário Michaelis* também desfigura o individualismo quando o apresenta como “posição de espírito oposta à solidariedade”, como “teoria que fez prevalecer o direito individual sobre o coletivo”. No mesmo diapasão, o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* o define como “Sistema oposto ao de associação” e como “doutrina pouco solidária que valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade”. À luz dessas descrições, o individualismo é representado quase como uma espécie de “patologia” social.

O *Dicionário Online de Português* ignora o complexo processo histórico que levou ao advento do individualismo quando o encara como “tendência de quem pensa somente em si próprio; egoísmo, egocentrismo”, como “sobreposição do valor e dos direitos do indivíduo em detrimento de um grupo ou sociedade. Quando localiza o individualismo na esfera econômica, esse *Dicionário* formula uma definição mais acurada: “pensamento que incentiva a liberdade individual (iniciativa privada) reduzindo a interferência do Estado”. Mostra-se filosoficamente confuso quando o confunde com o “pensamento ou corrente ideológica que reconhece o valor da autonomia individual, para satisfazer características inatas de um indivíduo ou em busca da sua liberdade. No fim do verbete, o desastre conceitual é assim arrematado: “individualismo é sinônimo de: egocentrismo, egoísmo, subjetivismo. A ideologia que o rejeita permanece oculta quando é moralmente associada ao deletério egoísmo ou ao “solipsismo” alienado.

Identificar o individualismo com uma visão “antissocial” constitui uma maneira radical de desqualificá-lo em termos sociológicos e políticos, uma vez que envolve a acusação implícita de que ignora que o homem é um *zoon politikon*, um animal social, tal qual pioneiramente o definiu Aristóteles. Como sublinha Nisbet (1976, p. 10), “a marca distintiva do liberalismo é a devoção ao indivíduo; especialmente aos seus direitos políticos, civis e crescentemente sociais”.

A conceituação inicial formulada pelo *Dicionário Houaiss* estimula o estereótipo antiindividualista: “tendência, atitude de quem vive exclusivamente para si, demonstra pouca ou nenhuma solidariedade; egoísmo, egocentrismo”. Estrago feito, as definições seguintes são filosoficamente adequadas: “doutrina moral, econômica ou política que valoriza a autonomia individual na busca da liberdade e satisfação das inclinações naturais”; “na teoria econômica liberal, tendência

argumentativa que advoga a superioridade da liberdade individual na iniciativa econômica, em contraposição à ineficácia da ingerência estatal”. A última se nos afigura ainda mais apropriada: “no pensamento político liberal, perspectiva segundo a qual a liberdade individual deveria prevalecer sobre o autoritarismo estatal”.

O *Dicionário Caldas Aulete* é outro que denigre o individualismo ao caracterizá-lo como “maneira de pensar ou viver só para si”. Ao apresentá-lo como “tendência que valoriza mais os interesses individuais”, esse dicionário pressupõe que coletivos possuam interesses que podem e devem se sobrepor aos interesses dos *indivíduos associados*. O antiindividualismo primário tem feito com que os coletivos sejam tratados como se tivessem existência autônoma separável da dos indivíduos que os compõem. No extremo, a existência do indivíduo é colocada a reboque da dos coletivos. Vontades e desejos pessoais podem ser conformados ao que é requerido pelos superiores imperativos do todo social do qual fazem parte. As escolhas de um indivíduo isolado não devem, ainda que isso seja tentado, prevalecer sobre o que uma inteira comunidade estipula como seu interesse. O problema é defender como interesse da coletividade — como costuma ocorrer — o que seus porta-vozes dizem que é. A nebulosidade da ideia de interesse coletivo dá azo a todo tipo de manipulação ideológica.

As definições depreciativas, expressões de grosseiros posicionamentos ideológicos, encontradas na maioria de nossos dicionários, são as propaladas pela *intelligentsia* tupiniquim em sua catequese antiliberal. No seio do senso comum brasileiro, no qual é frouxo o sentimento de pertencimento à comunidade, também são frequentes os murmúrios de reprovação do individualismo equiparado a egoísmo. As condenações rasteiras do individualismo têm sido historicamente difundidas pela hegemonia do pensamento socialista, comunista e intervencionista